



REFORMAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO PÓS-GOLPE DE 2016

Abília Ana de Castro Neta ¹

Júlia Cecília de Oliveira Alves Ribeiro ²

Juliana da Silva Moura ³

Berta Leni Costa Cardoso ⁴

RESUMO

Fundamentado no materialismo histórico dialético, a finalidade do presente estudo é refletir criticamente acerca das implicações do golpe parlamentar de 2016 sobre o sistema educacional brasileiro e seus desdobramentos decorrentes das reformas educacionais. A democracia brasileira conquistada após a ditadura militar e, consolidada na constituição de 1988, sofreu um duro golpe com proporções inimagináveis para a nação. Por meio do *impeachment* da presidenta Dilma, e a derrubada do governo democraticamente eleito pelo povo, o golpe se concretizou. A partir disso, um novo modelo de administração foi estruturado. Diversas ações direcionadas ao sistema educacional brasileiro vêm sendo implementadas arbitrariamente e em parceria com os grupos que representam o capital. Assim, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), a Reforma do Ensino Médio, e a ESP (Escola Sem Partido) são projetos colocados em evidência após o golpe. Por outro lado, a teoria educacional marxista tem impulsionado debates e gerado propostas e práticas pedagógicas como estratégia de superação/emancipação social e formação política. Com base nos pressupostos marxistas, é necessário o rompimento com as pedagogias escolares que corroboram com os interesses da burguesia e vincule sua concepção e sua prática a uma perspectiva revolucionária e emancipatória de homem e de mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Reformas educacionais. Golpe parlamentar. Educação.

¹ Mestranda em Educação pelo PPGED/UESB, graduada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB Campus XII). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/UESB) e do Grupo de Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (AGENTE/UNEB). E-mail: bia_gbi@hotmail.com.

² Mestranda em Educação pelo PPGED/UESB, Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional, pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/UESB); Professora da rede pública municipal de Dário Meira-BA. E-mail: juliaailicec@hotmail.com.

³ Mestranda em Educação pelo PPGED/UESB, Pós-graduada em Psicologia Hospitalar pelo Centro Universitário de Volta Redonda-RJ (UNIFOA), graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/UESB) e do Centro de Pesquisa e Estudos Pedagógicos (CEPEP/UESB); Psicóloga da rede pública municipal de Itapetinga-BA. E-mail: julymourapsi@hotmail.com.

⁴ Professora Adjunta do curso de Educação Física da UNEB/Campus XII. Professora do Mestrado em Educação da UESB. Pós Doutorado (UESB), Doutorado e Mestrado em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: bertacostacardoso@yahoo.com.br.



INTRODUÇÃO

Desde o início dos governos Lula, nos anos 2000 e, posteriormente no governo Dilma, assistimos a um aumento considerável nas políticas públicas educacionais que possibilitaram conquistas significativas no que concerne ao acesso à educação, à inserção da diversidade no currículo, às mudanças profundas relativas à gestão democrática e suas nuances participativas, entre outros desdobramentos. Contudo, a concretização dessas políticas ainda encontrava-se muito aquém do desejado, para garantir, efetivamente, os direitos preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LEI N° 9.394/96).

A democracia brasileira conquistada após a ditadura militar e, consolidada na constituição de 1988, sofreu um duro golpe com proporções inimagináveis para a nação. Por meio do *impeachment* da presidenta Dilma, e a derrubada do governo democraticamente eleito pelo povo, o golpe se concretizou. Um *impeachment* só poderia acontecer se houvesse um crime de responsabilidade, o que não aconteceu, indo de encontro ao que estava previsto na constituição, que foi escancaradamente violada (SAVIANNI, 2017). Assim, fundamentado no materialismo histórico dialético⁵, a finalidade do presente estudo é refletir criticamente acerca das implicações do golpe parlamentar de 2016 sobre o sistema educacional brasileiro e seus desdobramentos decorrentes das reformas educacionais.

⁵ Em termos gerais, o materialismo histórico dialético é um enfoque teórico marxista que contribui para desvelar a realidade, pois busca apreender o real com base em suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Esse enfoque tende a analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico e da sua gênese, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade (SANTOS; 2017, p. 114).



O GOLPE PARLEMENTAR DE 2016 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

O processo de privatização da educação pública tem avançado de diferentes formas, sendo parte das estratégias do capital para a superação de sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002), que o impele à busca incessante de novas formas de acumulação. Trata-se do processo, entendido de maneira abrangente, da transferência, por parte do poder público, da responsabilidade de efetivar o direito à educação formal para o setor privado (ADRIÃO; PINTO, 2016).

Assim, a partir do golpe de 2016, um novo modelo de administração foi estruturado. Diversas ações direcionadas ao sistema educacional brasileiro vêm sendo implementadas arbitrariamente e em parceria com os grupos que representam o capital. Nesta perspectiva, Peroni, Caetano e Lima (2017, p. 418) preconizam que

Sob o projeto pós-golpe no Brasil, as reformas educacionais não são debatidas com associações de professores, sindicatos, pesquisadores, e estão sendo aprovadas sob sua resistência, como no caso da Reforma do Ensino Médio, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do ESP, que vêm demonstrando a disputa por projetos distintos e que tem como foco a direção e o conteúdo da educação pública brasileira (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017, P. 418).

Posto isso, Alves (2018) preconiza que o neoliberalismo é a nova razão de ser do capitalismo e salienta que as atuais reformas no sistema educacional, citando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Reforma do Ensino Médio e a Escola Sem Partido (ESP), fazem parte de um processo em que neoliberalismo nos assume como pessoas e nós assumimos uma prática neoliberal competitiva. A autora afirma também que o neoliberalismo é muito mais que uma ideologia, é um conjunto de práticas, de dispositivos, ou seja, um modo de ver o mundo que está muito aquém da emancipação. Neste sentido, a formação humana é toda pautada sob essa nova ordem. Uma formação voltada para o que o mercado determina.



A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta uma completa contraversão dos princípios propostos pela LDB. A BNCC fragmenta a educação básica, excluindo o Ensino Médio da sua discussão. Além do Ensino Médio, a BNCC desconsidera as modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos, além da Técnica-Profissional associada ao Ensino Médio, bem como deixa à margem do debate nacional às escolas indígenas, quilombolas e do campo, traços marcantes da luta pela inclusão social e escolar de todas as populações, ignorando expressivamente a diversidade, destoando-se dos princípios fundamentais preconizados pela LDB (1996). Além disso, o documento do MEC propõe conteúdos por idade/série. Esse critério autoritário extrapola os limites legais da LDB (1996) para a construção do currículo à luz do projeto político-pedagógico das escolas.

Alves (2018) salienta acerca de um importante aspecto presente no documento da BNCC. Trata-se do desenvolvimento dos aspectos socioemocionais. Ao refletir sobre a Base Nacional Comum Curricular e estes aspectos, afirma que, sob o prisma neoliberal, o papel da escola não seria apenas formar os sujeitos para o mercado, mas formá-los trabalhadores resilientes. Assim, Alves (2018) apresenta a seguinte indagação: O que representa resiliência em tempos neoliberais? Para a autora representa o ato de ensinar a classe trabalhadora a apanhar sorrindo; a aceitar as reações adversas com passividade.

A privatização da educação está embutida no conceito de BNCC, que reduz o currículo das escolas públicas, investe na desprofissionalização dos/as educadores/as e estimula o mercado de livros, apostilas e de métodos pedagógicos e de gestão escolar atrelados a conceitos de qualidade empresarial. Além disso, a BNCC não respeita o princípio da Gestão Democrática, pois não permitiu a presença da sociedade na etapa de consolidação das propostas recolhidas através do site do MEC. Não há nenhuma garantia de que o MEC acatará qualquer proposta de alteração do texto eventualmente sugerida pelo Conselho Nacional de Educação.

A última versão da BNCC desconsidera temas sensíveis na sociedade e nas escolas, como a identidade de gênero e a diversidade sexual. E, ao se esquivar dessas questões, o MEC empodera forças conservadoras da sociedade, recrudescendo o machismo e as inúmeras formas de intolerâncias contra grupos sociais e pessoas. Paralelo a isso, surge o Movimento Escola Sem Partido, alegando teor apartidarista.



Nesta perspectiva, Alves (2018) preconiza que o Movimento Escola Sem Partido (ESP), ou “Escola sem Mordaça” corrobora justamente com a formação de um sujeito acrítico, com uma formação voltada para os interesses mercadológicos, um indivíduo que saiba calcular e ler minimamente, porém, incapaz de se posicionar. Corroborando com o exposto, Espinosa e Queiroz (2017, p.49) destacam que:

A iniciativa denominada Escola sem Partido, idealizada pelo advogado paulistano Miguel Nagib, é ardilosa desde o seu título. Mas, por trás do que poderia ser considerada uma simples cilada sem maiores consequências, esconde-se uma poderosa teia de relações que surpreende pelo cunho conservador, com várias articulações e redes que perpassam por entidades da sociedade civil, instâncias religiosas e partidos políticos. Antes tida até como pueril, tamanha sua inconsistência teórica e jurídica, não se imaginava que a iniciativa tomaria a dimensão que tem hoje e que se espalharia para todo o Brasil, aproveitando uma forte onda conservadora e feroz, que se fortaleceu após as manifestações de 2013, passando pelas últimas e acirradíssimas eleições presidenciais e catalisada pelos recentes movimentos de rua que defendiam o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, democraticamente eleita. Hoje, surpreendentemente, tem-se discutido exaustivamente a temática nas redes sociais e também nas instâncias acadêmicas, jurídicas e, principalmente, políticas.

O Projeto Escola sem Partido se coloca como uma ferramenta para que, neste momento conturbado por que passa a política e a sociedade brasileira, seja implementado um projeto de um forte retorno ao conservadorismo após treze anos de governos progressistas no Brasil (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017).

A Medida Provisória nº 746, aprovada na Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado Federal, de modo autoritário, altera toda a estrutura do ensino médio no país, sem debate com os educadores, educadoras, estudantes e tampouco com a sociedade em geral. A proposta de ensino médio desenhada pelo Instituto Unibanco e pelo Todos pela Educação não foi materializada no cenário de sua publicação, em 2013; mas foi retomada em 2016, na conjuntura conturbada de construção de uma nova equipe do Ministério da Educação (MEC), após o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff (PT) e tomada da Presidência da República por Michel Temer (PMDB).



O alinhamento entre empresários e governo não é mera casualidade, mas resultado da interlocução e trânsito que possuem dentro dos centros de poder, o que os coloca (em comparação com outros atores, como associações acadêmicas e profissionais) em situação privilegiada na disputa do campo educacional, resultando na subordinação da agenda educacional ao consenso construído pelos empresários, que reproduzem, exclusivamente, os interesses do capital (BEZERRA; ARAÚJO, 2017).

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As expressivas mudanças ocorridas em detrimento das ações do atual governo estão marcando negativamente a vida de milhões de brasileiros, especialmente a classe trabalhadora, que tem sofrido duras consequências com a arbitrariedade de um governo essencialmente neoliberal. A Educação foi um dos setores mais prejudicados até o presente momento. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular), a Reforma do Ensino Médio, e a ESP (Escola Sem Partido) são projetos colocados em evidência após o golpe. Todos eles, conforme discussões trazidas pelo presente estudo, quando analisados sob uma visão crítica e histórica, são a evidência concreta de que o governo neoliberal não tem interesse em construir uma sociedade capaz de pensar, refletir e emancipar-se. Pelo contrário, o objetivo intrínseco nesses projetos é fazer com que a população fique cada vez mais refém de todo um sistema que o explora expressivamente.

O golpe ocorreu em detrimento de várias motivações. Ações que têm elementos internos e externos, explícitos ou velados. Em primeiro lugar, os acertos dos últimos anos incomodaram muitos atores sociais. E, substancialmente, o golpe aconteceu muito em função desses acertos. Por outro lado, fica claro o interesse das grandes potências internacionais no rearranjo da geopolítica mundial. Todas essas razões não estão dissociadas da união de interesses dos setores parlamentar/ midiático/judicial. Essa articulação de interesses, no plano interno, se constituiu em um importante instrumento para a derrubada de um governo legitimamente eleito. Além disso, em uma sociedade de origem patriarcal como a nossa, o machismo institucional ainda impera e, em grande medida, o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff deu-se muito por esse fato (CNTE, 2017).



Para cumprir tal intento, além dos apoios obtidos fora do país, sempre interessados em nossa maior riqueza natural (o petróleo), o golpe valeu-se de muitos atores internos avessos à consolidação de um projeto de nação democrático, popular e inclusivo (CNTE, 2017).

A teoria educacional marxista tem impulsionado debates e gerado propostas e práticas pedagógicas como estratégia de superação/emancipação social e formação política. A pedagogia histórico-crítica, proposta por Dermeval Saviani, ilustra esta assertiva. Para Saviani, a educação é indissociável da sociedade e pode servir tanto de instrumento para a manutenção das condições de exploração e subordinação do proletariado pela burguesia, quanto de alavanca para a necessária transformação histórica da sociedade em direção ao socialismo (LOMBARDI, 2010). Dentro deste emaranhado de reformas educacionais, impostas arbitrariamente, sem diálogo com os principais envolvidos, uma formação político/crítica, alicerçada sob a perspectiva marxista, é uma possibilidade de superação/emancipação da exploração gerada pelo sistema capitalista.

Com base nos pressupostos marxistas é necessário o rompimento com as pedagogias escolares que corroboram com os interesses da burguesia e vincule sua concepção e sua prática a uma perspectiva revolucionária e emancipatória de homem e de mundo. E, para além disso, deve-se possibilitar, de modo amplo, a formação de consciências críticas e autônomas, a formação para a luta proletária em defesa de seus próprios interesses, particularmente formando e preparando para a luta revolucionária que conduza a uma transformação histórica radical (LOMBARDI, 2010).

Sendo assim, não podemos fazer considerações finais, mas, encarar o estudo com o teor da continuidade, já que o capital é algo que se ressignifica a todo instante. O que consideramos aqui, portanto, são as possibilidades e luta em prol de uma concepção de homem e sociedade que siga para além das barreiras verticais do capital e dos interesses mercadológicos, propostos, sobretudo, pelo projeto de sociedade pós-golpe.



REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PINTO, J. M. R. Privatização da educação na América Latina: estratégias recentes em destaque. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 134, p. 11-15, Mar. 2016.

ALVES, A. I. *Movimentos Sociais e Educação: Discutindo a formação humana*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, 24 de abril de 2018.

BEZERRA, V.; ARAÚJO, C. M. *A Reforma do Ensino Médio Privatização da política educacional*. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 21, p. 603-618, jul./dez. 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF: DOU, 1996

CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. *2016: o Brasil esfacelado pelo golpe*. – 1. ed. - Brasília: CNTE, 2017. 184 p.

ESPINOSA, B. R. S.; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

LOMBARDI, J. C. *Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels*. 2010. 377f. (Tese de livre docente). UNICAMP. Faculdade de Educação. Campinas, 2010.

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

PERONI, V.; CAETANO, M. R.; LIMA, P. Reformas educacionais de hoje: As implicações para a democracia. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017.

SANTOS, A. R. A racionalidade coletiva como paradigma organizativo do MST. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 2, n. 5, p. 111-130, maio/ago. 2017.

SAVIANNI, D. A crise política no Brasil o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: LUCENA, C.; PREVITALLI, F. S.; LUCENA, L. *A crise da democracia brasileira*. Uberlândia/MG. Navegando publicações, 2017, p. 215-232.